



ELO

Engenharia
de Reabilitação
em Portugal

pág. 8

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XI - N.º 137

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

Mensário — Novembro - 1985 — 20\$00

11 anos
de informação
dos deficientes
para todos



editorial

Uma maratona contra a marginalização

O jovem atleta deficiente canadiano Rick Hansen esteve recentemente em Portugal, durante a sua maratona simbólica, cujo significado transcende em muito o que pela Imprensa se soube a seu respeito.

Com esta sua caminhada, Rick Hansen pretende transformar as mentalidades. Pretende afirmar que a integração é possível, e agir concretamente para tornar cada vez mais reais as possibilidades de integração do cidadão deficiente, através da recolha de fundos para a pesquisa médica.

Rick Hansen corre para dizer que o deficiente é um sujeito activo de transformação da sociedade e não um mero consumidor à espera das melhorias que os outros possam e queiram fazer por ele.

Numa cadeira de rodas, Rick Hansen veio afirmar a esperança de que a cadeira de rodas será um dia objecto que só em museus poderá ser visto, como ele próprio afirmou em Lisboa.

Mas Hansen faz mais. Ao percorrer uma centena de quilómetros em cada dia da sua maratona, ele constitui uma acusação severa a todos aqueles que, nas cadeiras do Poder, recusam percorrer a simples distância da vontade para a resolução dos problemas.

Doenças
agravadas
em
serviço

artigo
e entrevistas
nas páginas centrais

O
Lar
dos Veteranos
Militares
de Runa

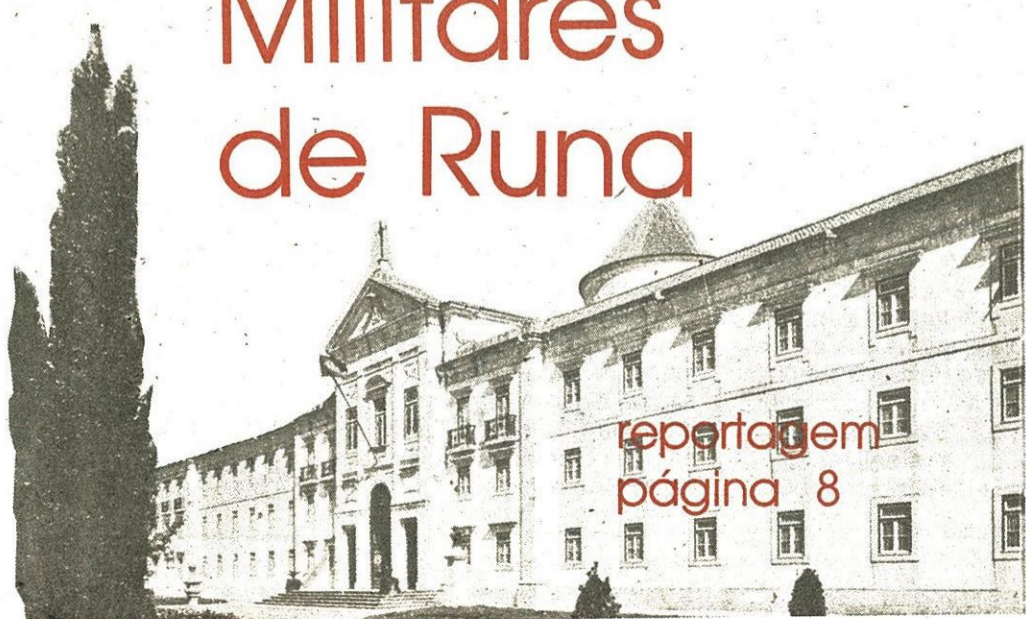
FMAC
ADFA presente em Roterdão
no Conselho
e Assembleias Gerais

CENTRAIS

Melhoria
dos Serviços
da Sede

PÁG. 3

reportagem
página 8



Delegação de Famalicão

COMUNICADO

1 — Comunica-se a todos os sócios desta delegação que a direcção de Delegação decidiu não realizar a FESTA DE NATAL deste ano, em virtude de não ter havido a esperada participação da parte dos sócios na compra de rifas para o sorteio, que iria servir de suporte para a sua realização;

2 — Em face do exposto em 1), fica ANULADO o sorteio programado, ficando a partir desta data (7/11/85) as rifas em poder dos sócios, sem qualquer VALIDADE;

3 — Todos os sócios que pagaram as rifas, irão ser reembolsados, por cheque nominal, a enviar durante o mês de Novembro para a sua residência.

COMUNICADO N.º 2

No sentido de não deixar passar em claro a

quadra NATALÍCIA sem nada se fazer, a direcção de delegação resolveu levar a efeito nas suas INSTALAÇÕES, um convívio dedicado aos filhos dos seus sócios, o qual constará do seguinte:

1 — A projecção de 1 ou 2 filmes-vídeo para crianças;

b) Distribuição de drops e balões;

c) Pequeno lanche só para as crianças;

2 — Este convívio realizar-se-á no dia 22/12/85, com início às 14 horas e 30 minutos;

3 — Para evitar mal entendidos, chama-se a atenção dos sócios, que não HAVERÁ QUALQUER OFERTA DE BRINQUEDOS ÀS CRIANÇAS PRESENTES.

A Direcção de Delegação

Colaboração entre a Escola de Enfermagem Pós-Básica do Porto e a ADFA

Tendo inaugurado as suas instalações no Porto, a Escola de Enfermagem Pós-Básica mantém, desde a abertura das suas portas nesta cidade, contactos com a Delegação da ADFA, no sentido de se estabelecer um futuro intercâmbio entre as duas organizações.

Instituição de pós-graduação na área da reabilitação e enfermagem ortopédica, esta Escola pretende, desde já, aproveitar a experiência do Centro Oficial de Meios

Ortopédicos (C. O. M. O.), efectuando visitas de estudo que proporcionarão aos alunos, um contacto directo com a faceta prática do mundo profissional em que vão inserir-se.

Por outro lado, no próximo dia 28, um membro da Direcção da Delegação participará numa mesa-redonda subordinada ao tema «Os deficientes e suas organizações», nas instalações deste estabelecimento de ensino.

Penafiel Estacionamento reservado para deficientes

Integrado nas obras de beneficiação da via pública, actualmente em curso, Penafiel contará, a breve trecho, com lugares de estacionamento reservados a deficientes.

Em reunião mantida com o Presidente da Edilidade, nos primeiros dias de Novembro, o presidente da Direcção da Delegação do Porto reafirmou a necessidade de serem tomadas medidas concretas para a eliminação de barreiras arquitectónicas, nomeadamente, no que diz respeito a passeios e sinalização de passeadeiras.

Durante o encontro, em que foi entregue um exemplar das Teses e Conclusões do II Congresso Nacional da ADFA, realizado de 1981, convém sublinhar a receptividade demonstrada para com a problemática da deficiência, pelo Presidente da Câmara penafielense.

Apraz-nos ainda registar que o alerta para aquilo que nesta urbe se vai fazendo, para a resolução de alguns dos problemas que nos afectam, partiu dos próprios sócios da AFDA na região.

Festas de Natal no Porto

Realizar-se-á, uma vez mais, a Festa de Natal que, este ano, terá lugar em nove localidades do Norte.

Cada sócio que deseje participar, deverá comunicar à Delegação do Porto (até 29 de Novembro), o local que lhe é mais conveniente, servindo-se da ficha de inscrição que para o efeito lhe foi enviada. Recordamos que, com o objectivo de suportar as despesas que a referida festa acarreta, foram remetidos aos sócios três bilhetes (no valor de 300\$00), para um sorteio que terá lugar proximamente.

Calendário

Vila da Feira — Dia 14-12-85 às 15 horas

Local: Salão da Escola Secundária de Vila da Feira.

Lordelo — Dia 14-12-85 às 15 horas

Local: Cinema de Lordelo, em Lordelo/Paredes (Junto ao Posto da GNR).

Penafiel — Dia 14-12-85 às 15 horas

Local: Salão da Escola Secundária de Penafiel

Amarante — Dia 14-12-85 às 15 horas

Local: Salão da Escola Secundária de Amarante, sita em Sobreiro-S. Gonçalo.

Vila Real — Dia 14-12-85 às 15 horas

Local: Sala/Estúdio do Teatro de Ensaio Transmontano, sito na Rua Santo António.

Ponte da Barca — Dia 14-12-85 às 15 horas

Local: Salão dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca, à Avenida Nova.

Viana do Castelo — Dia 21-12-85 às 15 horas

Local: Associação Nuno Álvares, sita na Rua da Bandeira (junto à antiga Câmara Municipal)

Chaves — Dia 21-12-85 às 15 horas

Local: Núcleo da ADFA, sito no Forte de S. Francisco

Porto — Dia 22-12-85 às 15 horas

Local: Cinema Vale Formoso, sito na Rua de S. Dinis, 900

Aviso aos sócios da DEFANORTE

I) A Direcção da Cooperativa reebe os sócios para informações e assuntos de carácter geral, às 3.ªs feiras, das 21.30 às 23.00 horas;

II) A Direcção reúne, semanalmente, às 3.ªs feiras;

III) A documentação para a legalização da Cooperativa encontra-se concluída, estando os Estatutos prontos para serem publicados no Diário da República.



Lordelo foi palco, no passado dia 22 de Setembro, de mais uma animada jornada de convívio entre os sócios residentes nos concelhos de Paredes e Paços de Ferreira. Após o piquenique, teve lugar uma tarde de variedades, na qual foram vedetas Jorge Pina, o Rancho Folclórico Infantil de Lordelo, e ainda, um conjunto de música moderna.

Festa de Natal em Faro

Estão abertas, até às 18 horas do dia 18 de Dezembro as inscrições para a Festa de Natal da Delegação de Faro.

A festa realizar-se-á no dia 21 de Dezembro, pelas 15 horas, na delegação e será abrilhantada pelo Rancho Folclórico Infantil dos Bombeiros Voluntários de São Bartolomeu de Messines.

Cartão de DFA

A ADFA solicitou ao Ministério do Exército e ao Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional a alteração de uma Portaria recentemente publicada em «Diário da República» cujo texto limitava a emissão do Cartão de DFA aos deficientes com mais de 30 por cento de desvalorização, tendo obtido a promessa de que esse lapso legislativo (que contraria o Dec.-Lei 43/76) irá ser remediado a curto prazo.

Em contactos realizados com a Repartição-Geral do Ministério do Exército e com o Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional, posteriormente confirmados em carta enviada ao ministro da Defesa Nacional, a ADFA alertou prontamente para as consequências do disposto na Portaria 816/85 de 28 de Outubro.

Logo no dia seguinte, 29 de Outubro, a Direcção enviou uma carta ao MDN, expondo que os requisitos necessários à qualificação de DFA estavam anteriormente à entrada em vigor do Dec.-Lei 43/76 definidos no artigo 2.º do Dec.-Lei 210-

7/73, que não exigia o grau mínimo de 30 por cento de desvalorização e, o n.º 1 do artigo 18.º do Dec.-Lei 43/76 manteve a qualificação de DFA para os deficientes com menos de 30 por cento de desvalorização.

Com esse fundamento, a ADFA solicitou a alteração da referida Portaria, harmonizando-a com o estabelecido no Dec.-Lei 43/76.

Segundo informação entretanto recebida do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional, tratou-se de um lapso que irá ser remediado a curto prazo com a correspondente proposta de alteração.

Telegrama da Direcção Central ao novo ministro da Defesa

Por ocasião da tomada de posse do 10.º Governo Constitucional, em que desempenha o cargo de ministro da Defesa Nacional o dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, a Direcção Central da ADFA enviou a esse membro do Governo um telegrama de felicitações, cujo texto é o seguinte:

Associação Deficientes Forças Armadas expressa V. Ex.ª sinceros votos êxito investidura ministro Defesa Nacional X Governo Constitucional.

Esperamos situação Deficientes Forças Armadas continue a merecer por parte do MDN reconhecimento dos justos direitos devidos por parte da Nação. A Direcção Central.

Secretário de Estado-Adjunto

Por ocasião da tomada de posse do secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, a ADFA enviou também um telegrama de felicitações, cujo texto abaixo se reproduz:

Associação Deficientes Forças Armadas congratula-se com a investidura de V. Ex.ª como secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional do X Governo Constitucional.

Boas relações trabalho mantidas com V. Ex.ª num passado recente constituem para todos os deficientes das Forças Armadas garantia justos direitos continuarão a ser salvaguardados. A Direcção Central

Caixa Geral de Depósitos

Funcionários DFA'S reformados passam a ter direito aos Serviços Sociais

No 3.º Conselho de delegados da Caixa Geral de Depósitos, realizado no Hotel Golf Mar, no Vimeiro, nos passados dias 15 e 16 de Novembro, a Direcção dos Serviços Sociais da C.G.D. decidiu estipular nos novos estatutos que os Deficientes das Forças Armadas pertencentes ao quadro da C.G.D. que passem à situação de reforma por invalidez ou por limite de

idade, tenham, a partir de agora, os mesmos direitos que quaisquer outros beneficiários.

Recorda-se que os Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos são os melhores do País e até à realização deste conselho os deficientes militares perdiam o direito aos mesmos logo que passassem à situação de reforma.

Melhoria dos serviços da sede

Novo atendimento sala de convívio e apoio médico

Um novo sistema de atendimento aos sócios vai entrar em funcionamento na Sede Central até final do ano em curso, com vista a proporcionar um acolhimento mais humanizado e mais eficaz a todos quantos se deslocam à sede. Esta alteração resulta de resto do Programa Eleitoral dos órgãos sociais centrais, que aposta no aligeiramento da parte administrativa em favor de uma nova dinâmica associativa.

O sócio deve sentir-se da ADFA como em sua casa. Para isso estão a ser feitas as necessárias alterações de equipamento, removendo balcões para um atendimento mais pessoalizado.

Por outro lado, ao sócio que se desloca à sede passará a ser prestada informação permanente sobre os vários domínios da legislação em vigor e as acções da ADFA em cada um deles.

Espera-se igualmente que este novo sistema permita detectar novos problemas que o sócio por vezes tem e não diz, que possam constituir campo de trabalho futuro para a ADFA.

Sala de convívio e melhoria de acessos

A actual sala de jogos será transferida para outra dependência do rés-

do-chão, a fim de nesse espaço ser criada uma sala de convívio onde o sócio se sinta efectivamente bem.

Posteriormente, durante o primeiro trimestre de 1986, vai ser instalada uma rampa elevatória para possibilitar o acesso de grandes deficientes motores ao primeiro andar.

Novo atendimento

Essa instalação em nada mexe com a estrutura do palácio e é amovível, portanto possível de instalar futuramente noutra localidade.

A montagem dessa rampa conta com o apoio técnico da Câmara Municipal de Lisboa através do Núcleo de Intervenção para a Recuperação de Diminuídos (NIPRED).

Uma vez instalada essa rampa elevatória

será igualmente criado um bar no primeiro andar, na sala ao lado do salão nobre.

Refeitório

No refeitório da Sede estão já em vigor desde 4 de Novembro mais algumas alterações.

Assim, e no sentido de tornar possível a melhoria de qualidade desse serviço, passou a ser necessário fazer marcação das refeições com um mínimo de 24 horas de antecedência, salvo casos imprevistos de estrita necessidade.

A refeição completa custa 250\$00. Nos casos excepcionais previstos em que não haja marcação será cobrada um adicional de 50\$00, ou de 100\$00, em idêntico caso, para acompanhantes dos sócios.

Desde Outubro, lembramos, só os sócios e seus familiares directos, trabalhadores e colaboradores da ADFA têm direito a utilizar o refeitório da Sede.

A partir de Dezembro entra ainda em funcionamento o Apoio Médico a sócios e seus familiares directos (Ver notícia destacada nesta mesma página).

Apoio Médico

A ADFA deve ser um oásis para o sócio, onde haja alguém que o ouça, o compreenda e o encaminhe sempre que necessário.

Um primeiro passo para conseguir que assim seja foi dado com a criação de uma equipa médica para apoio aos sócios e familiares directos que inclui para já as especialidades de Clínica Geral, Psicologia Clínica e Psiquiatria. Porém esta equipa poderá ser aumentada se tal se vier a revelar desejável.

A partir de Dezembro haverá consultas na sede nos horários seguintes:

CLINICA GERAL — Médico: sócio dr. Fernan-

do Brito. (Terças-Feiras às 12H00).

PSIQUIATRIA — Médico: dr. Gameiro (Quintas-Feiras às 12H00).

PSICOLOGIA CLÍNICA — Psicólogo: sócio dr. Valente dos Santos (Na primeira Quinta-Feira do mês às 10H00).

Estas consultas são gratuitas e destinam-se aos sócios e seus familiares directos. Marcações através do Departamento de Integração Social (DIS).

Além da consulta indicada, o psicólogo Valente dos Santos dará ainda apoio domiciliário a sócios ou familiares que não possam deslocar-se. Essas consultas domici-

liárias terão lugar nas terças-Feiras e Quintas-Feiras do mês.

Julgamos que este serviço constitui mais um passo qualificado na redução da carga administrativa dos serviços da ADFA em favor de outras áreas.

O serviço agora criado irá sendo corrigido de acordo com os ensinamentos colhidos na prática.

Procurar-se-á ainda por outro lado que esta equipa médica recolha informações sobre problemas novos e eventuais reivindicações novas dos sócios para a acção futura da ADFA.

-se na Urbanização designada por Varandas de Cascais junto à terceira circular. Esta cedência resulta de contactos anteriores entre a Direcção Central, elementos da Comissão Instaladora do Núcleo e o sr. vereador Gamito, como, aliás, referimos no último número do «ELO».

No próximo número contamos das maior destaque a este assunto.

Rick Hansen

Uma maratona contra a marginalização

Rick Hansen, um jovem canadiano de 26 anos, está a dar a volta ao mundo, uma prova inédita que contribuirá com certeza para uma maior divulgação de desporto para deficientes e alterará muito possivelmente a opinião pública relativamente a este sector marginalizado da população que são os deficientes, muito particularmente os paraplégicos, olhados geralmente como indivíduos inválidos e incapazes de fazer seja o que for.

Rick Hansen propõe-se efectuar a volta ao mundo em 365 dias de andamento, no prazo de dezoito meses, à média de 110 km por dia. Por cada três dias de andamento tem um de descanso. A viagem começou em Vancouver no Canadá no dia 21 de Março de 1985 e terminará na sua terra natal no Colombia Britânica em Setembro de 1986, depois de ter percorrido trinta e quatro países e mais de cem cidades principais com populações metropolitanas que totalizam mais de duzentos milhões de habitantes.

Rick Hansen esteve em Portugal no princípio do mês onde entrou pela fronteira de Elvas e foi

calorosamente recebido em Estremoz por mais de mil pessoas, a aguardá-lo encontrava-se também o Presidente da Câmara, o Embaixador do Canadá e representantes da APD. Segundo Rick, foi Portugal o país onde foi mais jubilosamente recebido.

A volta ao mundo

Em Lisboa deu uma conferência de imprensa na sede da APD onde fez a esta organização a oferta de uma cadeira de rodas para desporto e comunicou os objectivos que se propõe, que são a sensibilização do público para a problemática dos deficientes e para a angariação de fundos para a criação de um fundo mundial para a investiga-

ção da medula espinhal e para a reabilitação através do desporto em cadeira de rodas. Na conferência de Imprensa teve a oportunidade de agradecer a forma como tem sido recebido pelo povo e autoridades do nosso país e pôs os jornalistas ao corrente das dificuldades que se põem à realização desta volta ao mundo e de como esta tem decorrido até a este momento.

A realçar que, se bem que tenha percorrido algum território russo, não lhe foi permitido ir a Moscovo. Continuando a sua viagem, de Portugal, seguirá para Marrocos e Argélia donde voará novamente até à Itália e Grécia

ADFA saúda o campeão

A Direcção Central da ADFA enviou um telegrama de felicitações a este atleta. Um elemento dos órgãos centrais foi cumprimentá-lo tendo-lhe na oportunidade oferecido um galardão e uma medalha da nossa associação.

Conselho Nacional da ADFA

O Conselho Nacional da ADFA reuniu no passado dia 26 de Outubro, pela primeira vez após as eleições para os órgãos sociais. Estiveram representadas todas as delegações, com excepção da de Setúbal.

Da ordem de trabalhos constavam a prestação de informações pela Direcção Central, a aprovação do novo regulamento do Conselho Nacional, o Acordo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional para a criação no Porto de um Centro Integrado de Reabilitação e Formação Profissional e o III Congresso da ADFA.

Este último ponto, o mais importante do ponto de vista associativo, não chegou a ser debatido, por ter sido aprovada uma proposta estabelecendo uma hora limite para a conclusão dos trabalhos.

As informações prestadas pela Direcção iniciaram-se com um primeiro bloco sobre as diligências da Direcção Central junto do Secretariado de Estado da Defesa Nacional com vista à resolução de problemas legislativos.

A direcção expôs nomeadamente ao Conselho Nacional que entende não dever atacar todos os problemas ao mesmo tempo mas centrar a sua acção para já em três questões essenciais: a acumulação de indemnizações e vencimentos da função pública, o caso

dos grandes deficientes militares sem pensão e o problema das doenças agravadas em serviço.

Um segundo bloco de informações disse respeito à presença da ADFA nos próximos conselho e Assembleia Gerais da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, em Roterdão. O Conselho foi informado de que tem sido conseguido das outras organizações membro da FMAC em matéria de elementos sobre os direitos de ex-combatentes e do do deficiente militar internacionalmente consagrados.

Um terceiro bloco de informações, prestadas pelo Tesoureiro da Direcção Central disse respeito a questões financeiras. As perspectivas para 1986 não são as melhores. Foi por isso lançado um alerta para que nos capacitemos da necessidade de redução da estrutura administrativa e dos encargos fixos para implementar acções na área associativa. A Direcção alertou ainda para a necessidade de maior participação financeira, pensando apresentar uma proposta de aumento substancial das quotas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Foram ainda prestadas informações a respeito das alterações que estão a ser operadas no funcionamento do espaço social da sede.

Pretende-se que, enquanto estivermos no Palácio da Independência sejam melhoradas tanto quanto possível as condições de utilização dos espaços sociais e de acessibilidade a esses espaços.

Foi depois aprovado o novo Regulamento do Conselho Nacional, adaptado às actuais circunstâncias, para melhor funcionamento desse órgão.

Ratificado acordo com o IIEFP

Foram depois explanadas as condições em que teve lugar a assinatura do acordo com o IIEFP para a criação de um Centro Integrado de Reabilitação e Formação Profissional no Porto, e discutidas medidas para fazer avançar esse projecto.

O acordo foi ratificado pelo Conselho e foram também aprovadas linhas orientadoras para a condução do assunto no futuro.

Por último, a discussão com vista a preparação do III Congresso da ADFA, não chegou a ter lugar, dada a imposição de que os trabalhos terminassem às 20H30, devido a uma proposta previamente aprovada nesse sentido.

É lamentável que não tenha havido ocasião para debater este ponto, de uma importância fundamental, pois isso irá implicar um atraso de meses na realização do Congresso e prejudica o desejável debate amplo que o deverá anteceder.

Última hora

Núcleo de Cascais já tem instalações

Quando este número do «ELO» estava já prestes a ser impresso tivemos conhecimento de que a Câmara Municipal de Cascais deliberou ceder instalações ao Nú-

cleo da ADFA naquele Concelho para o desenvolvimento das suas actividades.

As instalações agora cedidas pela autarquia da Costa do Estoril situam-

A APPACDM e a integração das crianças diminuídas mentais

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais — APPACDM levou a efeito, no Palácio Foz, em Lisboa, entre 28 e 31 de Outubro, uma exposição sobre a vida e história daquela Associação e de trabalhos realizados pelos alunos.

Integrado nesta iniciativa realizou-se um colóquio que contou com a participação de técnicos, representantes, das associações, entre as quais a ADFA, e público em geral.

Neste colóquio foi debatida a questão da estimulação precoce com a apresentação de um trabalho realizado numa das Creches.

A APPACDM nasceu de uma reunião de 10 pais de crianças mongolóides, realizada em Fevereiro de 1962.

A semelhança de muitas outras associações de deficientes, logo aos seus fundadores se depararam grandes dificuldades económicas. Dois anos mais tarde, em 1964, conseguiram finalmente abrir o primeiro centro com 11 crianças, em Lisboa. Para funcionamento deste centro havia apenas uma professora especializada, uma educadora e uma

auxiliar de infância, o restante era feito por voluntariado.

A APPACDM foi crescendo e hoje tem cerca de 12000 sócios em 13 localidades do País, desde Viana do Castelo a Évora. Possui ainda oficinas de trabalho protegido em Braga, Porto, Viana do Castelo, Santarém e brevemente também em Lisboa, as quais empregam presentemente cerca de 70 deficientes.

Em Lisboa mantém em permanente funcionamento 6 centros e nas restantes localidades, entre 4 e 6 centros. Cada centro dá resposta a cerca de 50 deficientes e é integrado por uma creche, um jardim infantil, dois centros ocupacionais, um centro de trabalho, um centro de terapia ocupacional e um centro de consulta e diagnóstico.

Para funcionamento destes 6 centros em Lisboa é necessária uma equipa de cerca de 160 pessoas entre médicos, enfermeiras, professoras, terapeutas, psicólogos, etc.

Problemas

Não existe qualquer organismo estatal que desempe-

ne as funções daquela Associação neste tipo de deficiência, por outro lado a APPACDM tem dificuldade em dar resposta a todos os casos que aparecem o que obviamente origina grandes listas de espera.

Se tivermos em conta que nos vários centros são atendidos deficientes desde recém-nascidos até cerca dos 40 anos de idade, embora nalguns casos haja deficientes com bom nível de autonomia, estes não podem sair dos centros porque se lhes torna difícil, se não mesmo impossível, obter um lugar no mercado de trabalho. Situação que logicamente origina um aumento da capacidade de atendimento da APPACDM.

Uma das necessidades mais prementes da referida Associação é a criação de lares, onde seriam integrados os deficientes adultos sem familiares directas, ou com dificuldades económicas.

A APPACDM não recebe subsídio regular do Estado, pontualmente vai conseguindo um outro subsídio, situação que tem obrigado os seus dirigentes a recorrer a peditórios Nacionais.

Cada criança custa em média 34 mil escudos à Associação, a Caixa de Previdência subsidia parte desse custo em função dos vencimentos dos pais das crianças, até um rendimento por capita não superior a cerca de 18 000\$00, porém muitos pais não podem suportar o diferencial do subsídio que lhes é atribuído ao custo por criança, devido a dificuldades financeiras.

Integração

Em termos de emprego a Associação conseguiu já integrar deficientes na TAP, casa de S. Vicente, Câmara Municipal de Lisboa — calceteiros. Faculdade de Ciências e está-se de momento a tentar experiências em jardinagem.

Outra experiência com resultados positivos parece ser a integração das crianças mongolóides nos jardins-escola ditos normais, sempre acompanhadas com pessoal técnico da APPACDM.

Preocupação dos pais

Quando nasce uma criança mongolóide, os pais, como é lógico, procuram de



Um aspecto do colóquio

imediatamente encontrar soluções, daí que tentem logo junto da maternidade informar-se de como fazer e onde se dirigir.

Recorde-se que a taxa de natalidade de mongolóides é de 1%, ou seja, em cada 100 crianças que nascem uma é mongolóide, não havendo explicação clínica para tal facto, logo não poderá haver qualquer tipo de prevenção.

Apesar de todas as dificuldades e obstáculos com que se têm deparado os técnicos e dirigentes, esta Associação tem desenvolvido um trabalho meritório em termos de integração social das crianças deficientes mongolóides.

Não obstante as provas dadas, a APPACDM ainda não conseguiu um total reconhecimento por parte do Estado de forma a desenvolver as suas actividades sem os constantes sobresaltos provocados pela falta de apoios materiais e humanos.

Esta situação encontra-se generalizada por várias organizações congéneres, como, aliás, o ELO tem vindo a noticiar. A questão só poderá ser solucionada se as várias organizações de e para deficientes conjugarem esforços a fim de se imporem junto do poder constituído com vista à implantação em Portugal de uma Política Nacional de Reabilitação.

Pesca Desportiva

Vai ser criado na sede um grupo de Pesca Desportiva, tendo em vista o alargamento do espaço de convívio associativo, na sequência da reunião realizada no passado dia 13 de Novembro.

Pretendem estes associados criar um ambiente de convívio e camaradagem, onde todos se possam divertir e confraternizar com as respectivas famílias. Se estás vocacionado para a pesca desportiva como actividade lúcida e se estás interessado em participar, recorta e envia o cupão em anexo para a sede da ADFA — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — 1194 Lisboa Codex



NOME _____

N.º SÓCIO _____ TELEF. _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

C. POSTAL _____

Desejo fazer parte do grupo de pesca desportiva

Janela interior

Pelo sócio Dr. Valente dos Santos

Nas zonas temperadas ocidentais, onde geograficamente nos situamos, a Puberdade inicia-se para as raparigas cerca dos 12 anos e um pouco mais tarde, para os rapazes, cerca dos 14 anos.

As transformações físicas que se operam no início da Adolescência, são a mudança e condicionam outras alterações, a nível cognitivo-intelectual e sócio-afectivo.

A Puberdade é um estado físico, cuja principal característica é dar a capacidade de gerar ou de conceber filhos; assim ocorrem a primeira menstruação, também chamada menarca, e a primeira ejaculação ou emissão de sêmen.

Durante este período, há um acelerar geral do desenvolvimento físico, particularmente no crescimento em altura, no aumento de peso e na força muscular, sendo esta mais acentuada nos rapazes.

As alterações de conformação somática são função do sexo, pois enquanto na rapariga se desenvolve especialmente a zona da anca, no rapaz é toda a zona torácica, como os ombros, que se alarga mais.

provocadas pela aceleração do crescimento dos segmentos superiores da face, acontecem em ambos os sexos.

Verifica-se mudança de voz e uma cobertura de pêlos, que no rapaz é indiscriminada e faz aparecer a barba, enquanto na rapariga o aparecimento de pêlos é mais localizado no sexo e de baixo dos braços.

O aumento de produção das glândulas sebáceas e sudoríparas, provoca problemas de pele como as borbulhas a pontos negros.

Seis meses a um ano depois do aparecimento destas novas características físicas, dá-se o desenvolvimento de todas as características sexuais.

O desenvolvimento das glândulas gonatotrópicas vai desencadear, em função do sexo, o aparecimento das características sexuais secundárias, e a correspondente actividade sexual, pois os órgãos sexuais terminaram a sua maturação.

Por outro lado, há um aumento considerável de energia, que provoca muitas vezes, problemas de auto-controlo, quer a nível psico-motor, quer a nível sexual.

(Continua)

Coimbra

Encerrar com chave de ouro

Já tínhamos aqui referido o excelente comportamento dos atletas da Secção de Pesca da Delegação de Coimbra da ADFA, em edição de Outubro.

De facto 15 taças conquistadas para a ADFA, era bastante positivo.

Para encerrar a temporada, faltavam duas provas realizadas em 19 e 20 de Outubro, pelo Clube Desportivo Beira Pesca de Coimbra.

No primeiro dia a prova Inter-Clubes, realizada no rio Mondego, foi disputada na modalidade de pares, simultaneamente em duas zonas e com duas mãos tendo a classificação final ficado assim ordenada:

1.º, Cabelte-Porto, 14 pontos; 2.º, Jolá-CPD, 14; 3.º, ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, 17; 4.º, Sporting Clube de Braga, 17; 5.º, Amadores P. Marco, 17; 6.º, Ateneu Desportivo de Leiria, 19; 7.º, Banco Borges & Irmao — Porto, 25; 8.º, Casa Pessoal HUC, 28; 9.º, Amadores de Pesca de Bencanta, 30; 10.º, CPD V.ª Nova de Poiares, 34; 11.º, Grupo Recreativo Casalense, 37.

No dia seguinte tendo como cenário a Barragem da Agueira (zona de Mortágua), estiveram em prova 131 concorrentes divididos em 4 sectores, em representação de 21 clubes, num total de 23 equipas.

Magnífica foi a actuação da ADFA que inscreveu 8 atletas, com 4 classificados nos 5 primeiros lugares, e os restantes a fixarem-se no meio da tabela.

A classificação final por Clubes ficou assim ordenada:

1.º, Jolá-CPD, 15 pontos; 2.º, ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, 35; 3.º, Clube Futebol União de Coimbra, 36; 4.º, União Popular de

Chelo, 37; 5.º, Invicta de Pesca Desportiva, 37.

A classificação por equipas ficou assim ordenada:

1.º, Invicta de Pesca Desportiva, Eq. A, 36 pontos; 2.º, ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, Eq. B, 38; 3.º, Amadores Pesca Marco, Eq. A, 40; 4.º, ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, Eq. A, 43; 5.º, Clube Futebol União de Coimbra, Eq. A, 45.

Para além de 4 classificações individuais, que cujos atletas receberam taças, a ADFA recebeu mais quatro taças nestas duas provas.

A distribuição dos prémios foi feita no Salão Nobre da C. M. de Penacova, com a presença de várias individualidades, nomeadamente o sr. Presidente da Câmara, dr. Artur Coimbra, nosso grande amigo e pescador, que enalteceu a nossa proeza, na presença de todos os pescadores e imenso público.

Ao receber a taça do 2.º lugar por Clubes, o nosso pescador José Joaquim (JJ) com palavras simples, sensibilizou os presentes, dizendo que a Secção de Pesca da ADFA de Coimbra, é composta por deficiente e não deficientes, sendo esta unidade a prova de que como não deficientes não sentiam vergonha de lado a lado demonstrarmos que o deficiente é um ser humano, com direitos e deveres iguais na sociedade.

A ADFA foi grandemente ovacionada por todos os presentes.

Onde chegou a dinamização

Ao longo da época, à nossa vitória foi dinamizar a

ADFA, sem nomes sonantes, mas com duas equipas bem equilibradas e certas conseguimos resultados inesperados.

Subimos ao pódio e pela primeira vez ouvimos inconfundíveis.

Agora todos nos aplaudem, quando nos vêem nesse lugar de consagração.

Naturalmente que não estamos aqui a enaltecer os nossos êxitos, mas a grande satisfação de duas vitórias alcançadas em alta competição; dinamizar e competir, realçadas com frequência pelos nossos amigos e adversários.

Enaltecemos sim a acção dinamizadora de pessoas que não sendo pescadores desportivos, deram voluntariamente o seu contributo.

É o caso do José Maia, membro da secção, que se encontra neste momento internado, com boa recuperação

ção e a quem dedicamos de uma forma especial mais dois êxitos conseguidos.

Delegação de Coimbra organizou prova de mar

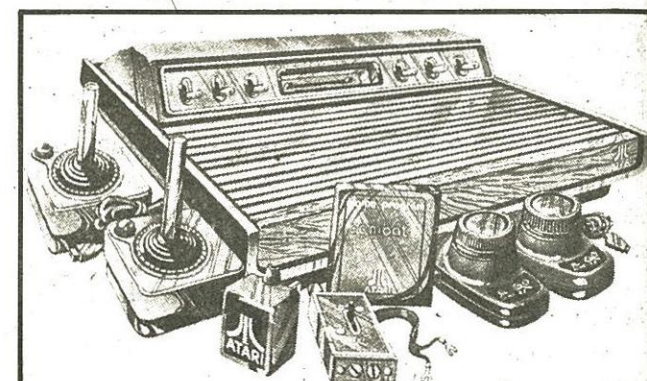
Com tradição, realizou-se mais um concurso de mar na Figueira da Foz.

Foi notória a acção dos nossos atletas que afinal também têm uns certos conhecimentos para além do rio.

Tivemos na mente a divulgação do nosso jornal que saiu prestigiado pela organização.

A registar uma participação menor em relação a anos anteriores, motivado pelo mau tempo que se fez sentir.

No entanto, a ADFA inscreveu duas equipas, classificando-se respectivamente em 1.º e 3.º lugares.



SÓCIO VENDE MICRO COMPUTADOR

Vídeo computer system ATARI, model CX 2600 — completo com joystick Paddle controller — AC/Power Supply, 4 cassetts com 163 jogos

35 000\$00, sujeito a oferta

Tiragem deste número 12 000 exemplares

Com a presença da ADFA

Encontro Internacional de jovens deficientes

O nosso camarada José Pavoeiro regressou recentemente de Paris, onde participou, nos dias 10 e 11 de Novembro, no Palácio da Unesco, no XX Encontro Internacional de Jovens Deficientes Motores, organizado pela Association des Paralysés de France. Do contacto com os representantes de outros 18 países ali presentes, José Pavoeiro conclui que a integração social é o grande problema comum dos deficientes de qualquer país.

O Encontro, em que além da França, país organizador, estiveram presentes representantes de Espanha, RFA, Argentina, Bélgica, Camboja, Canadá, Dinamarca, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, Líbano, Marrocos, Holanda, Filipinas, Senegal, Suíça e Tunísia, versou fundamentalmente três grandes temas: a vida quotidiana do deficiente, a forma como os deficientes encaram o seu futuro e o futuro do mundo e como conseguir uma verdadeira solidariedade internacional e qual a acção a propor pelos jovens deficientes para uma acção comum que ultrapasse as fronteiras geográficas.

Das intervenções produzidas durante o Encontro irá ser publicado um livro no próximo ano, que

deverá espelhar a situação e perspectivas dos jovens deficientes nos vários países.

As associações de deficientes francesas que acompanharam os trabalhos irão por seu turno reunir após o Encontro para reflectir sobre as informações obtidas.

José Pavoeiro, durante o segundo dia de trabalhos teve ocasião de falar sobre a luta dos deficientes portugueses pela integração social, focando particularmente a importância do desporto.

José Pavoeiro, lembramos, é campeão nacional de salto em altura.

Além disso, o nosso representante aproveitou ainda para divulgar os principais objectivos da ADFA: conseguir pensões com um carácter indemnizatório para todos

JE SOUTIENS
L'A.P.F.ASSOCIATION
DES PARALYSÉS
DE FRANCE

os deficientes militares, promover a integração social, transformar as mentalidades dos cidadãos e a sua forma de encarar o deficiente.

Desta viagem ficaram contactos com outras associações de deficientes com vista à futura troca de informações. Desde logo, além de lembranças da ADFA para a associação organizadora, José Pavoeiro deixou em França uma sumula da legislação portuguesa relativa a deficientes.

Além do Encontro, José Pavoeiro teve ainda ocasião de contactar directamente com o meio familiar de jovens deficientes franceses em Brouges, onde ficou depois durante um dia. O nosso representante realça o bom acolhimento que lhe foi dispensado e a boa organização que teve oportunidade de constatar.

Problemas legislativos debatidos com SNR

A Divisão de Estudos e Planeamento do Secretariado Nacional de Reabilitação convocou a Direcção da ADFA para uma reunião, realizada em 4 de Novembro, com a finalidade de se inteirar de mais perto das questões de ordem legislativa que actualmente nos preocupam e poder intervir para a sua solução.

Vem sendo prática da ADFA informar regularmente o SNR das diligências realizadas no domínio das questões legislativas junto dos vários órgãos da administração.

Natural portanto que por parte deste serviço do SNR se tenha verificado a intenção de conhecer mais aprofundadamente esses problemas.

A Direcção da ADFA foi assim recebida pelo chefe da Divisão de Estudos e Planeamento do SNR, dr. Charana e por um outro técnico desse departamento, dr.ª Graça, aos quais vincou mais uma vez a necessidade de o SNR intervir junto do Grupo de Trabalho que estuda a revisão do Estatuto da Aposentação.

Além dos DFA's, esse texto legal, que data de

1972, diz igualmente respeito às situações de deficiência adquirida em serviço e a todos os funcionários públicos deficientes.

O novo Estatuto da Aposentação terá de reflectir a actual filosofia sobre deficientes.



A aposentação é uma coisa e uma indemnização por deficiência outra coisa bem diferente. Isto quer para os DFA's quer para os deficientes da

Função Pública. O deficiente de 20 anos não pode ser encarada da mesma forma que o indivíduo que se reforma por limite de idade aos 65 anos, como actualmente sucede. Aquele que se deficiente deve ser indemnizado mas continua a ter direito ao trabalho desde que tenha condições para o exercer. E o Estado terá que dar o exemplo.

Espera-se assim que o SNR intervenha neste domínio em lugar de aguardar que o Grupo de Trabalho consume factos susceptíveis de lesar os interesses dos deficientes.

Doenças agravadas em serviço

Foi ainda especialmente referido aos técnicos do SNR o problema das doenças agravadas em serviço que, nos termos do actual Estatuto da Aposentação, não estão contempladas.

Foi ainda estabelecido que passe a haver colaboração estreita e mútua troca de informações entre o SNR e a ADFA também neste domínio, de forma sistemática.

Criada Comissão Dinamizadora do Desporto na ADFA

Realizou-se no passado dia 13 de Novembro, na Sede da ADFA, uma reunião com os sócios que de alguma forma se empenharam em modalidades desportivas.

Dinamizadora composta pelos seguintes sócios:
Botelho da Costa
Mário Sobral
Sani
Fernando Carvalho
Horácio Ferreira

22 de Novembro, e tem por objectivo encontrar meios e soluções para as perspectivas do desporto ao nível da ADFA.

Como é sabido a nossa Associação tem tido um papel activo na criação e legalização da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, todavia, o desenvolvimento das várias actividades desportivas, ainda que vistas meramente sob o aspecto lúdico, têm que surgir de base, isto é, num processo ascendente e nunca ao contrário de cima para baixo, o que obviamente implicará uma maior participação associativa.



Esta reunião teve por objectivo analisar o desporto na ADFA onde, como se sabe, as várias modalidades desenvolvidas não têm tido muitas vezes o necessário planeamento.

Esta Comissão terá a sua primeira reunião na próxima sexta-feira, dia

Foi feito um levantamento do material existente e verificou-se que se para a prática de certas modalidades há bom equipamento, para outras quase não existe material ou se existe encontra-se em mau estado de utilização.

Concluiu-se que se torna necessário dinamizar os potenciais desportistas, quer para a prática desportiva como aproveitamento dos tempos livres, quer também sob o ponto de vista competitivo.

Para o efeito foi nomeada uma Comissão



Pelo direito à integração
não há barreiras

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Doenças agravadas em serviço

O Estatuto de Aposentação em vigor estabelece que podem ser aposentados extraordinariamente os funcionários vítimas de acidente de serviço ou doença contraída em serviço por motivo do seu desempenho.

Este normativo cria situações de flagrante injustiça. Uma delas é a das chamadas «doenças agravadas em serviço», que não dão direito a aposentação extraordinária.

Acontece assim que militares considerados aptos para todo o serviço por uma junta médica militar competente e depois vitimados por doença grave durante o período de serviço se vêem impossibilitados de angariar a sua subsistência e deparam com uma legislação que isenta o Estado de qualquer responsabilidade.

A quem deverão então recorrer? As normas em vigor, qual Pilatos, deixam essa pergunta sem resposta. No plano teórico, funda-se a lei na possibilidade de tais doenças resultarem de uma predisposição ou propensão do indivíduo para a contrair. Mas isso não exclui a possível relação do serviço com a sua manifestação e desenvolvimento.

Poderemos perguntar: os militares que, em ambiente de guerra, baixaram à psiquiatria e nunca mais tiveram recuperação teriam tido a mesma sorte se não tivessem estado submetidos à experiência da guerra? E como pode o Estado invocar predisposição ou propensão para a doença em pessoas que foram consideradas aptas para todo o serviço militar pelos responsáveis médicos que decidiram a sua incorporação nas fileiras?

Esta pergunta é igualmente válida para outros casos, como o do sargento Moreira, que a título de exemplo expomos detalhadamente nestas páginas: será legítimo que o Estado aliene a sua responsabilidade perante uma pessoa que serviu e descontou para a Caixa de Aposentações durante mais de um quarto de século com o argumento de que ele já teria propensão para a doença quando foi incorporado?

Mas ainda que esse argumento pudesse ser aceite caberia ainda perguntar: as doenças que em serviço se agravaram teriam atingido o mesmo grau e ter-se-iam manifestado com a mesma rapidez sem a influência de uma guerra?



Jaime Gomes

Uma aterragem de emergência

Jaime Gomes acaba de completar 39 anos e sofre de perturbações mentais desde que o choque de uma aterragem de emergência o atirou durante seis meses para o Hospital de Luanda.

O Estado Português, contudo, não reconhece a este cidadão qualquer direito, pecuniário ou assistencial.

Os médicos diagnosticaram esquizofrenia, enquanto o Estado parece ignorar que a guerra de África criou situações destas ou, pelo menos, contribuiu grandemente para a sua mais rápida manifestação e agravamento.

Jaime Gomes, ajudado pela sua companheira de há dez anos, Maria Adelaide Andrade, descreve-nos a situação:

«Fui para a Força Aérea, como voluntário, em Outubro de 1964.»

«Fiz o curso de primeiro cabo especialista de abastecimentos.»

Antes tinha trabalhado como escriturário e técnico de vendas e afirma nunca ter tido qualquer problemas de saúde.

Prestou serviço nos Açores durante seis meses em 1965.

Depois foi mobilizado para Angola.

Em 1968, voava num avião Northatlas, de Henrique de Carvalho para Luanda. O trem de aterragem recusou abrir totalmente.

Ao tocar a pista o aparelho foi sacudido. «Devo ter batido com a cabeça. Fiquei em coma».

«Comecei a ter visões e a sentir-me perturbado. Estive seis meses em psiquiatria no Hospital de Luanda».

Depois foi transferido para o Hospital Militar Principal. «Ao fim de quinze dias deram-me alta e mandaram-me apresentar primeiro no Montijo depois no Grupo de Detecção e Alerta de Monsanto. Em qualquer dos sítios

não me aceitaram. Disseram que eu ainda estava doente».

A companheira intervém: «Ele ainda está doente.

Apesar de eu, que sou enfermeira, o ter recuperado em parte, quando calha ele ainda fala em aviões e anda sozinho pelas ruas...».

Três juntas médicas declararam-no esquizofrénico e inapto para todo o serviço militar. Foi assistido de psiquiatria durante cerca de um ano no Hospital Miguel Bombarda, onde conheceu a companheira.

Tentou voltar a trabalhar, em vendas e seguros, mas os seus precedentes dificultavam-lhe a obtenção de emprego. Voltou ao Miguel Bombarda e ao Júlio de Matos.

Em 1971, requereu ao Estado Maior a reintegração no activo. Não lhe deram qualquer resposta.

Depois soube da existência da ADFA e fez-se sócio.

Em 1981 obteve uma pensão social de sobrevivência civil (actualmente seis contos). A companheira tem uma pensão semelhante. Vivem há cinco anos no Parque de Campismo de Monsanto, a título gracioso, por gentileza da Câmara Municipal de Lisboa.

Recebem esmolas: citam o pá-raco de Arroios e a Academia Militar que em tempos lhes deu comida.

Em 1982, Jaime Gomes, pediu relatórios de todos os estabelecimentos e unidades militares por onde passou e requereu a revisão da sua situação ao Estado Maior da Força Aérea.

Aguarda uma solução. Quando está pior grita, fala em aviões, em patentes militares, no trem de aterragem que esteve na origem, ou pelo menos contribuiu, para o estado em que se encontra.

**ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS
FOTOGRAFICOS**

NA SECÇÃO DE FOTOGRAFIA DA ADFA

**REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS
E AMPLIAÇÕES**

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

TEL. 362167/8/9

LARGO S. DOMINGOS — 1194
LISBOA CODEX

Américo Moreira

Vinte e sete anos de descontos para nada

Américo Alves Moreira, 52 anos desde e 27 de serviço na Força Aérea é um homem só. Afetado por esclerose múltipla em 1974, vive no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa desde Novembro de 1979. Numa cadeira de rodas de tração eléctrica, Américo Moreira passeia solitário pelos parques, vê televisão, a «caixa de correio» como ele diz, até à emissão e toma, todos os dias um comprimido para dormir. É o seu dia a dia. Entretanto, aguarda impacientemente que se esclareça a situação legal: A Força Aérea considera o seu caso de doença em serviço, mas a Caixa Geral de Aposentações recusa considerá-lo como tal e pagar a pensão correspondente. Pros-lhe que descrevesse o seu caso desde o início e são estas as palavras que se seguem: «Nem Lisboa há 52 anos. Sou primeiro sargento mecânico e técnico da Força Aérea

reformado por invalidez a 100 por cento e tenho duas situações: a Força Aérea considera o meu caso de doença em serviço, mas a Caixa de Aposentações considera a doença agravada em serviço, por esta doença não constar da lista de doenças profissionais.

Como tudo começou? Fiz vários destacamentos de seis meses em Luanda com os DC-6. Já nessa altura me sentia mal. Depois voltei a Angola com os Boeing 707. Ao fim de oito meses do último destacamento, em 1972, já não podia andar, subia as escadas do Boeing agarrado. O dr. Orlando Leitão, então médico da Força Aérea, diagnosticou esclerose múltipla. A doença foi-se agravando. Ainda continuei um ano e tal em Luanda. Depois tive que vir para o Hospital da Estrela, onde outros médicos confirmaram esses diagnósticos. A Junta Médica da Força Aérea considerou-me vítima de doença

em serviço com 100 por cento de desvalorização, mas a Caixa não me paga como tal porque a doença não vem nos livros...

Fez-se sócio da Associação de doentes de Esclerose Múltipla e soube entretanto que as deslocações de climas temperados para climas quentes são um dos factores de agravamento da sua doença. Actualmente, o seu estado está a piorar rapidamente porque não faz fisioterapia desde Junho, por não haver fisioterapeuta no Lar Militar. Perguntamos se não poderia ir ao Hospital da Força Aérea. Responde:

«Não dá jeito nenhum. Tenho que ser acompanhado. Havia de ser bonito, os socorristas em lugar de irem para casa terem que andar a levar o velho à fisioterapia...»

Américo Moreira é casado, tem um filho já casado e uma filha com 16 anos. A sua família vive numa casa dos Serviços Sociais das Forças Armadas.

«É o que me vale — diz. — Se não tivesse essa casa teria que estender a mão à caridade pública?».

O primeiro sargento Moreira nada pode fazer além de indignar-se com esta sua situação: «Descontei durante 27 anos. Como recebo pouco, em cada novo aumento a diferença que me separa dos reformados do serviço vai-se tornando maior».

E lembra a propósito outras situações igualmente injustas e ainda mais graves: «E tive direito a qualquer coisa por ser do Quadro Permanente e ter mais de 40 anos e mais de 15 de serviço. Caso contrário, não teria absolutamente nada».

Ao fim de 27 anos de trabalho, na sua cadeira de rodas, continua à espera de que a morte não chegue ainda antes da solução dos casos como o seu. Todas as noites, continua a ver televisão até ao Hino. Depois, toma mais um comprimido para dormir.

FAC

ADFA presente em Roterdão no Conselho e Assembleia Gerais

O vice-presidente da Direcção Central da ADFA, Mário Dias, encontra-se em Roterdão, onde participa, até dia 22, no Conselho e Assembleia Gerais da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC), a decorrer na cidade holandesa.

Como já anteriormente referimos, esta delegação está a ser aproveitada para recolher informações junto das várias delegações nacionais sobre a legislação relativa a deficientes em vigor nos respectivos países.

Entre os muitos assuntos que estão a ser debatidos nesta reunião internacional de antigos combatentes, destacaremos aqueles em que o representante da ADFA irá ter uma intervenção mais activa, nomeadamente os problemas das Forças Armadas portuguesas e da nossa filosofia sobre as grandes questões que se colocam aos deficientes em geral.

Principais Acções

Um projecto de resolução das associações alemãs representadas na FMAC sobre a forma de concretizar os objectivos do Programa de Acção Mundial da ONU em favor dos deficientes convida, assim, as associações membro a serem os respectivos pontos de base;

- direito a uma ampla reinserção social;
- direito à educação e à formação profissional;
- direito ao trabalho;
- direito à segurança económica.

A ADFA manifestará o seu total apoio a estes princípios, chamando porém a atenção para a necessidade de um correcto esclarecimento da opinião pública pois apenas com medidas legislativas não será possível conseguir completamente os objectivos da Década dos Deficientes.

Assuntos sociais

Outra proposta alemã federal diz respeito à inclusão dos assuntos sociais no processo da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa e «deplora que o documento final de Madrid não contenha recomendações relativas a uma orientação no domínio social ainda que os problemas sociais surjam

com frequência ao mesmo tempo e com as questões económicas no plano internacional ou multinacional».

A ADFA chamará a este respeito a atenção para o facto de as medidas neste domínio terem tanto mais interesse quanto menos desenvolvidos são os países, de onde a sua extrema importância para os países em vias de desenvolvimento.

Problemas dos antigos combatentes idosos

Um projecto de resolução da associação austríaca a respeito dos problemas dos antigos combatentes idosos afirma que as dificuldades resultantes da idade são consideravelmente agravadas nos inválidos de guerra pelos factores de invalidez resultantes do serviço armado e considera necessário que os grandes deficientes disponham de medidas eficazes para que as dificuldades do envelhecimento particularmente agravadas pelas deficiências imputáveis ao serviço armado sejam minimizadas ou suprimidas.

A ADFA bate-se já para que sejam criadas as estruturas necessárias para precaver essas situações, de molde a que, quando o ex-combatente atingir a idade em que

esses problemas se manifestam, existam já as estruturas adequadas para o receber, embora privilegiando a inserção na família e círculo de amigos do deficiente sempre que possível.

Mário Dias terá ocasião de lembrar ainda em Roterdão que somos contra a criação de depósitos onde o antigo combatente se limite a esperar a morte.

Esposas dos grandes deficientes

Um projecto de resolução holandês chama a atenção para o facto de os governos considerarem que à esposa de um grande deficiente de guerra cabe o papel de enfermeira, sem contudo beneficiar de uma indemnização quer antes quer depois da morte do marido, propondo à Comissão Permanente que preste particular atenção à definição de soluções para esse problema.

A ADFA está inteiramente de acordo com esta proposta, reconhece que as esposas dos grandes deficientes têm um papel extremamente importante e são sujeitas a condições psicológicas muito duras que acarretam por vezes problemas de saúde, pelo que a sua situação deve ser acautelada, à semelhança do

que se passa já nalguns países mais avançados.

Participação dos veteranos

Uma proposta das associações britânicas pede às associações membro que encarem a revisão dos seus estatutos para possibilitar que os militares que não tiveram a experiência da guerra possam ser seus associados e possam assim estar representados na FMAC.

Pensamos a este respeito que esta situação deverá ser ponderada país a país.

Com efeito, na generalidade dos países europeus o deficiente de guerra e o ex-combatente têm quadros legislativos definidos há anos, que são, no mínimo, razoáveis. Nós estamos ainda na fase em que o quadro legislativo terá de ser completado e aperfeiçoado.

Assim, uma eventual abertura da ADFA a pessoas não deficientes — militares no activo ou na reserva, por exemplo — poderia quebrar a nossa força reivindicativa.

Poderia ainda haver, por outro lado, um risco de diluição dos objectivos da ADFA se esta integrasse pessoas não deficientes, com perspectivas necessariamente diferentes.

Correríamos assim o risco de desvirtuar o princípio por que sempre nos batemos de que devem ser os deficientes a participar na resolução dos seus problemas.

Assim, a ADFA não pensa correcto apoiar, neste momento, a proposta britânica.

Em próximas edições do «ELO» daremos conta dos resultados da presença da ADFA neste Conselho e Assembleia Gerais da FMAC.

9 de Dezembro — Dia Nacional do Deficiente

ADFA convida à reflexão

O Dia Nacional do Deficiente vai ser comemorado em 9 de Dezembro. A ADFA convidou por isso todas as organizações de e para deficientes para uma reunião, a realizar na sede em 25 de Novembro pelas 15 horas, com o objectivo de preparar esse dia.

A ADFA propõe nomeadamente que se inicie desde já uma reflexão conjunta sobre a aplicação em Portugal dos princípios constantes da Carta da ONU sobre a Década da Reabilitação.

Vamos juntar-nos e procurar reflectir em conjunto, para que a voz dos deficientes se faça ouvir.



gem ncia

«... não me aceitaram. Disseram que eu ainda estava doente».

A companheira intervém: «Ele ainda está doente.

Apesar de eu, que sou enfermeira, o ter recuperado em parte, quando calha ele ainda fala em aviões e anda sozinho pelas ruas...».

Três juntas médicas declararam-no esquizofrénico e inapto para todo o serviço militar. Foi assistido de psiquiatria durante cerca de um ano no Hospital Miguel Bombarda, onde conheceu a companheira.

Tentou voltar a trabalhar, em vendas e seguros, mas os seus precedentes dificultavam-lhe a obtenção de emprego. Voltou ao Miguel Bombarda e ao Júlio de Matos.

Em 1971, requereu ao Estado Maior a reintegração no activo. Não lhe deram qualquer resposta.

Depois soube da existência da ADFA e fez-se sócio.

Em 1981 obteve uma pensão social de sobrevivência civil (actualmente seis contos). A companheira tem uma pensão semelhante. Vivem há cinco anos no Parque de Campismo de Monsanto, a título gracioso, por gentileza da Câmara Municipal de Lisboa.

Recebem esmolas: citam o pá- raco de Arroios e a Academia Militar que em tempos lhes deu comida.

Em 1982, Jaime Gomes, pediu relatórios de todos os estabelecimentos e unidades militares por onde passou e requereu a revisão da sua situação ao Estado Maior da Força Aérea.

Aguarda uma solução.

Quando está pior grita, fala em aviões, em patentes militares, no trem de aterragem que esteve na origem, ou pelo menos contribuiu, para o estado em que se encontra.

Aríco Moreira

Ante e sete anos de

Aríco Alves Moreira, 52 anos de idade e 27 de serviço na Força Aérea é um homem só. Afetido por esclerose múltipla em 1974, vive no Lar Militar da Caixa Vermelha Portuguesa desde Novembro de 1979.

Na cadeira de rodas de tração eléctrica, Américo Moreira passeia solitário pelos corredores, vê televisão, a «caixa de onecos» como ele diz, até finda emissão e toma, todos os dias um comprimido para dormir. É o seu dia a dia.

Entanto, aguarda impientemente que se esclareça a situação legal: A Força Aérea considera o seu caso de doença em serviço, mas a Caixa Geral de Aposentações recusa considerá-lo como tal e pagar a pensão correspondente.

Pedimos-lhe que descrevesse o seu caso desde o início e são estas palavras que se seguem: «Nasci em Lisboa há 52 anos. Sou primeiro sargento mecânico electricista da Força Aérea

reformado em 1979, com 27 anos de serviço e 27 de serviço na Força Aérea. Em 1974, fui diagnosticado com esclerose múltipla. Desde então, tenho vindo a deteriorar-me e a minha situação física é cada vez mais precária. Em Novembro de 1979, fui colocado na Caixa Vermelha Portuguesa, onde estou desde então. A Caixa Vermelha Portuguesa considera-me como um militar em serviço, pelo que me dá direito a uma pensão de 6 contos. Como tudo isto não me dá condições para viver, fui colocado na Caixa Vermelha Portuguesa. Como tudo isto não me dá condições para viver, fui colocado na Caixa Vermelha Portuguesa. Como tudo isto não me dá condições para viver, fui colocado na Caixa Vermelha Portuguesa.

FIAC

ADFA presente no Conselho e

O vice-presidente da Direcção Central da ADFA, Mário Dias, encontra-se em Roterdão, onde participa, até dia 22, no Conselho e Assembleia Gerais da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC), a decorrer na cidade holandesa.

Como já anteriormente referimos, esta delegação está a ser aproveitada para recolher mais informações junto das várias delegações nacionais sobre a legislação relativa a deficientes em vigor nos respectivos países.

Entre os muitos assuntos que estão a ser debatidos nesta reunião internacional de antigos combatentes, destacaremos aqueles em que o representativo da ADFA irá ter uma intervenção mais activa através da apresentação dos problemas específicos dos deficientes das Forças Armadas portuguesas e da nossa filosofia sobre as grandes questões que se colocam aos deficientes em geral.

Programa de Acção

Mundial

ONU

O projecto de resoluções das associações alemãs representadas na FMAC sobre a forma de concretizar os objetivos do Programa de Acção Mundial da ADFA em favor dos deficientes convida, assim, as associações membro a agir nos respectivos países:

— direito a tratamento de base;

- direito a uma ampla reinserção social;
- direito à educação e à formação profissional;
- direito ao trabalho;
- direito à segurança económica.

A ADFA manifestará o seu total apoio a estes princípios, chamando porém a atenção para a necessidade de um correcto esclarecimento da opinião pública pois apenas com medidas legislativas não será possível conseguir completamente os objectivos da Década dos Deficientes.

Assuntos sociais

Outra proposta alemã federal diz respeito à inclusão dos assuntos sociais no processo da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa e «deplora que o documento final de Madrid não contenha recomendações relativas a uma orientação no domínio social ainda que os problemas sociais surjam

Reportagem

O Lar dos Veteranos Militares de Runa

O Lar dos Veteranos Militares de Runa funciona num nobre edifício concebido no final do século XVIII e expressamente mandado construir para o efeito por uma irmã da rainha D. Maria I.

Situado num local privilegiado, frente a uma estação de caminhos de ferro, a 5 quilómetros de Torres Vedras, perto das Termas dos Cucos e das praias de Santa Cruz (a 20 quilómetros) e da Ericeira (a 35 quilómetros), rodeado por jardins e matas, o Lar, gerido pelos Serviços Sociais das Forças Armadas desde 1959, tem capacidade teórica para 150 residentes, mas alberga actualmente pouco mais de duas sezenas de veteranos da I Guerra mundial, todos na casa dos 90 anos. Servido por um vasto quadro de pessoal, o velho Lar sofreu beneficiações consideráveis como a instalação de elevadores, sem nada perder da sua vetusta dignidade. O esforço de actualização é também patente noutros domínios: enfermarias muito razoavelmente apetrechadas, assegurando assistência permanente, ginásio, fisioterapia, assistência social própria, biblioteca sonora...

Porém, a velhice do edifício tal como a da própria instituição têm os seus custos; abundam barreiras arquitectónicas enquanto faltam sanitários, e continua em vigor o regime militar estratificado. Oficiais sargentos e praças têm áreas próprias, praticamente estanques. As praças por exemplo, não têm acesso às instalações das outras classes e as que lhes são destinadas são manifestamente menos confortáveis. Depois do Lar Militar, preocupamo-nos em ir a Runa ver quais as condições que existem para os que se deficientaram durante o serviço militar se as suas deficiências se agravarem severamente, a ponto de impossibilitar que continuem integrados na família. Faltam-nos agora visitar o Centro de Terceira Idade dos Serviços Sociais das Forças Armadas em Oeiras, o mais moderno

estabelecimento do seu género, e a ronda pelos locais possíveis de acolhimento na velhice para as vítimas da guerra de África ficará concluída. A seu tempo faremos o balanço global destas visitas.

O Lar Militar dos Veteranos de Runa, designação por que é conhecido desde 1965, foi criado em 1827 pela princesa D. Maria Francisca Benedita para acolher os militares idosos que então se viam por vezes forçados a mendigar para subsistir.

A data da sua criação, constituiu uma obra pioneira. Só na Prússia, Rússia, Inglaterra e França havia já lares para militares idosos ou deficientes.

Além do Lar propriamente dito a instituição possui terrenos de cultivo e instalações pecuárias com pessoal próprio, destinadas a ajudar a suportar os custos. Eis uma descrição do complexo:

Quando se chega ao Lar depara-se com um portão de ferro, ladeado por dois enormes freixos, que dá entrada para uma alameda de 170 metros de comprimento, ornada por árvores, no topo da qual se vêem os bustos da Princesa D. Maria Francisca Benedita e do Rei D. Pedro V e o magestoso edifício do Lar.

A construção desta obra deve-se a José da Costa e Silva, o maior arquitecto português de então que soube ligar-se à tradição setecentista, mas livrando-a do amaneiramento em que caíra.

O programa da edificação correspondia ao do Convento de Mafra: um complexo arquitectónico com uma igreja em evidência.

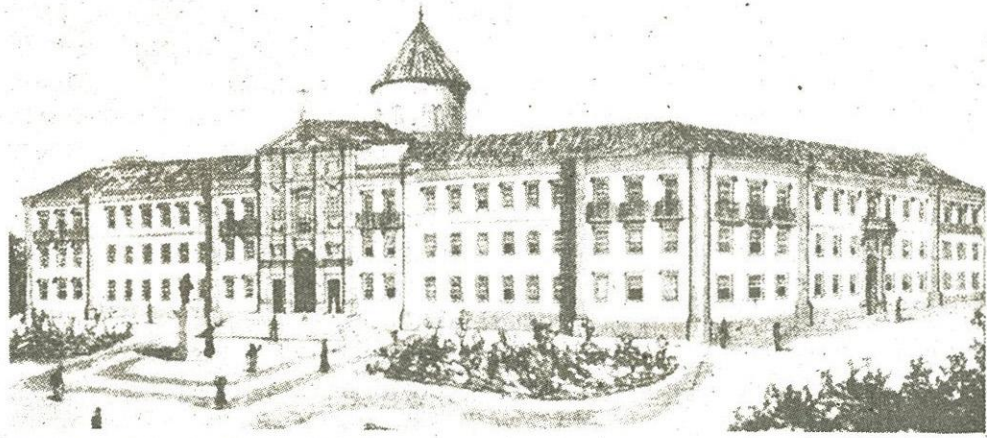
Tem este grandioso edifício 13 metros de altura e a forma de um rectângulo com 99 metros frente sobre 61 metros de fundo.

No centro da fachada principal, estão três portais de cantaria, sendo o do meio em arco, com portas de ferro que dão entrada para um espaçoso átrio (hall) cuja abóbada é sustida por 12 colunas, e onde se acham, na frente, a porta da Igreja, tendo aos lados as imagens, em mármore de carrara, do Arcanjo S. Rafael e o menino Tobias, e de Santa Bárbara, e de cada um dos dois lados, duas portas que comunicam com o interior do edifício. Estas imagens tem o seu significado. A primeira simboliza a protecção de Deus ao Lar, e a segunda é a padroeira dos militares, em memória do Príncipe D. José, esposo da Princesa, militar com grande paixão pelas forças militares.

O edifício tem três pisos e um sótão enorme com capacidade para aboletar um batalhão. O primeiro piso tem um corredor, em toda a volta, com tecto em abóbada circular. Nele fica a zona administrativa. Do lado Sul, os Gabinetes da Direcção, biblioteca, secretaria, conselho administrativo, quartos de sargentos residentes e messe de sargentos. Do lado Norte, o Corpo de Veteranos, gabinetes da ecónoma e da assistente social, barbearia, caserna de praças, quartos de sargentos residentes, o refeitório e a cozinha geral. A nascente, a sala de convívio e armazéns.

No segundo piso, do lado Sul, ficam a enfermaria e quartos dos oficiais residentes e do lado Norte quartos para sargentos residentes e para sargentos em serviço.

No terceiro piso há, ao Centro da fachada principal a Tribuna Real da Igreja; do lado Sul, o antigo palácio da Princesa, onde agora são as residências do Director, Subdirector e de Oficiais em serviço, nesse de Oficiais e Salão Nobre; do lado Norte, residência das senhoras do apoio



social, residência de um Oficial em serviço e quartos e, do lado nascente, quartos de residentes e a biblioteca sonora. Os quartos que ficam no interior do edifício recebem luz de janelas que deitam para dois grandes páteos arborizados de 40x20 metros. No total em todo o edifício existem 400 casas, 365 janelas e 7 portas de comunicação com o exterior. No Centro do edifício está a bonita Igreja toda revestida interiormente de variados e excelentes mármore, extraídos de pedreiras da região, dos lugares de Figueiredo e do Furadouro e nas imediações do Lar; sendo de destacar os mármore pretos extraídos em Pêro Negro.

A igreja tem a forma de Cruz latina, tendo no Cruzeiro por debaixo da cúpula o trono com quatro faces e nas bases de duas delas dois altares; nos chanfros das paredes fronteiras às quinas do trono vêem-se nichos com as imagens, em mármore de carrara, de S. Tiago, Nossa Senhora, S. José e Santo António; ao fundo sobre a cimalha está o Grupo de Glória, bela escultura também em mármore de carrara. Em volta do templo ao nível do terceiro piso, além da Tribuna Real existem 15 tribunas s. É por estas e por mais oito janelas na cúpula que a Igreja recebe luz.

No logradouro, em volta do edifício, ficam, do lado nascente, na rectaguarda do edifício, casa onde estão instaladas as oficinas de carpintaria, serralhia, de electricidade, casa dos pedreiros, casa do pintor, vestiários do pessoal civil, lavandaria, parque auto, armazéns de Materail de Aquartelamento e habitações de pessoal civil em serviço no Lar; do lado Sul, o pomar de pereiras, terrenos de horta e aviário de poedeiras; do lado nascente, a sul da rua de entrada, duas habitações, terreno de horta, um parque florestal com belas sombras e jardins, onde se pode admirar o maior cedro existente em Portugal (Cupressus Lusitanie Miller) e, a norte dessa rua existem uma casa de habitação, três câmaras frigoríficas, um centro de abte, duas alas de pavilhões de aviários com capacidade para 20 000 francos (presentemente apenas está a

funcionar com 600 francos e 150 patos) e terreno de horta.

Condições de ingresso

O regulamento de 29 de Dezembro de 1849 fixava as condições de admissão, ao tempo as seguintes, prioritariamente: «Os que tiverem perdido o sentido da vista, em resultado de ferimento em combate; os que cegarem estando de serviço em tempo de guerra, não sendo efeito de moléstia de que fossem causa voluntária; os que ficarem mutilados ou aleijados, em consequência de ferimentos recebidos em combate; os que cegarem no serviço em tempo de paz; os que forem mutilado ou aleijados em resultado do serviço em tempo de paz; os que tiverem servido sem nota por espaço de 30 anos, ainda que parte destes sejam nas companhias de reformados.»

Hoje, a admissão no Lar de Veteranos é facultada a todos os militares impossibilitados por ferimento, desatre ou doença sofridos em combate, em campanha, na manutenção da ordem pública ou, ainda, em serviço normal. A par destes, ou melhor, além destes, poderão ser acolhidos no Lar os militares reformados que se impossibilitaram para o trabalho na prestação de relevantes serviços à Pátria ou à humanidade, e, de uma forma geral, os militares que hajam sido julgados inaptos para o trabalho e para angariar meios de subsistência, desde que se encontrem em estado de reconhecida pobreza e não recebam do Estado qualquer pensão ou esta se reconheça insuficiente para a sua manutenção.

Atendendo, porém, à limitada capacidade do Lar (actualmente 150 homens), a admissão de veteranos é feita de modo selectivo e nela se observam estritamente, e com o maior rigor, condições de prioridade em que sucessivamente se consideram a maior necessidade de assistência, o maior grau de incapacidade, o maior número ou mais valiosas condecorações ou louvres do militar, maiores períodos de serviço em campanha, mais tempo de serviço activo e melhor comportamento.

SÓCIOS FALECIDOS



VIRGÍLIO DOS SANTOS PEREIRA, sócio n.º 8422, faleceu em 28 de Setembro. Residente em

Águas Boas — Oiã, este nosso sócio era casado e deixa um filho menor. Tinha 60 por cento da desvalorização por doença considerada agravada em serviço, sofria de doença cardíaca e estava surdo.

CASIMIRO REBELO, sócio n.º 4415, pensionista de preço de sangue por seu filho António dos Santos Rebelo, morto na Guiné em 1966, faleceu no dia 26 de Outubro transacto, segundo informação que nos chega da

Delegação de Viseu, em cujo distrito residia.

AS FAMÍLIAS destes dois associados apresentamos sentidas condolências.



Delegação do Porto

7 de Dezembro, 1974-1985

Oito meses depois de Abril, dava-se o primeiro passo.

Naquele 7 de Dezembro, foram mais de cem, aqueles que se reuniram para o pontapé de saída.

Falaram do passado. Sobre tudo, do futuro. E, num misto de desencanto e de esperança, acreditaram nos Tempos Novos.

As gentes do Norte, ao princípio reservadas, cedo mostraram a «garras» do tripeiros, a outra face do ser-se galego. À divulgação do projecto de

prioridades do Ministério da Defesa relativo ao reajustamento de pensões, seguiu-se o balanço da entrevista com o Primeiro Ministro, tendo-se ainda dado uma atenção especial relativamente aos planos elaborados e a concretizar, por bandas da capital.

Os heróis esquecidos de uma guerra disseram não à esmola das reformas chorudas, ao poder do dinheiro que compra corpos e almas... e conduz ao vazio da ociosidade. Neste contexto, pug-

naram pela plena reabilitação e integração do deficiente militar nos âmbitos mais diversos, e venceram o carácter supra-partidário e de independência relativamente ao Governo, por parte da Delegação no assunto.

Desse encontro primeiro, saiu a Comissão Ad Hoc que faria a bola de neve rolar, mais e mais, a razão directa do quadrado dos tempos. Os nomes, esses, são já parte da História que convém reler para lembrar.

E os dados estavam lançados...

1985: a Efeméride

Onze anos depois, quando tudo está a postos para o arranque do novo Centro de Reabilitação e Formação Profissional integrada, comemorar-se-á com diversas iniciativas, a passagem de mais um aniversário da Delegação do Porto, da ADFA.

Assim, no dia 7 de Dezembro, terá lugar, pelas 20 horas, um jantar convívio entre os velhos e novos companheiros de viagem, estando as ins-

crições abertas até 29 do corrente. Para esta jornada, recordamos, o preço individual é de 400\$00.

Por outro lado, será realizada uma Exposição de desenhos, pinturas e colagens subordinadas ao tema «O Natal», feitos, por filhos dos sócios desta Delegação. Os trabalhos dos miúdos deverão ser entregues até ao dia 29 deste mês e, obrigatoriamente, concebidos em folha de papel ou cartolina, de formato A4. Cada criança — até aos 12 anos — só poderá apresentar um original que deverá conter, no canto direito, o nome e idade do autor.

Todas as obras que venham a ser recebidas, poderão ser vistas na Exposição que estará patente nas instalações da Associação, no Porto, a partir de 7 de Dezembro.



Festa de Natal em Lisboa no dia 14 de Dezembro

Como foi anunciado no número anterior do «ELO», realiza-se no próximo dia 14 de Dezembro (sábado), a partir das 15.00 horas, no Salão Nobre da sede da nossa Associação a habitual festa de Natal.

À semelhança dos anos anteriores, esta festa destina-se essencialmente às crianças e no intervalo será distribuído um pequeno lanche para os mais pequenos que se inscrevam previamente.

As inscrições devem ser feitas até ao dia 6 de Dezembro na recepção para os filhos dos nossos associados com menos de 12 anos.

Com início às 15.00 horas teremos a actuação dos Palhaços Elisabeth's, um Ventriloquo Nelito, um racho Folclórico Infantil, Sagum com o seu grupo, Garcia com o seu agrupamento, poemas infantis e o já habitual Pai Natal.

Serviços Sociais das Forças Armadas Estruturas de apoio a deficientes estão ainda por criar

A Direcção Central da ADFA foi recebida pelo presidente do Conselho Directivo dos Serviços Sociais das Forças Armadas, general Pinheiro, na sequência de anteriores contactos com outros órgãos militares directamente implicados na prestação de assistência aos deficientes militares.

Procura-se, com estes contactos, começar desde já a fazer um levantamento da situação e das perspectivas existentes para o deficiente militar que, ao transpor a porta da terceira idade, poderá ver as suas deficiências agravadas e as suas necessidades de apoio e assistência substancialmente acrescidas.

Durante a troca de impressões havida com aquele responsável, a Direcção Central teve ocasião de lembrar que muitos dos milhares de sócios da ADFA são igualmente sócios dos SSFA, o que cria uma relação estreita entre a ADFA e os serviços daquele departamento, para onde são canalizados os casos carentes de apoio social, os quais por via de regra, têm merecido as soluções previstas na legislação em vigor.

A Direcção teve ainda oportunidade de informar o presidente da C. Directiva dos SSFA do intercâmbio que a todos os níveis temos mantido com a Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra e das conclusões daí resultantes quanto à necessidade de se acautelarem medidas de apoio em eventuais agravamentos de deficiências susceptíveis de ocasionar uma desintegração sócio-familiar precoce do grande deficiente militar.

Da conversa havida com o general Pinheiro, ficou-nos a convicção de que os SSFA não têm meios suficientes nem verbas para os criar, no sentido de dar resposta cabal às obrigações do Estado para com os que ao seu serviço se deficientaram.

O âmbito de acção dos SSFA tem sido progressivamente alargado sem que as verbas ao seu dispor tenham crescido correspondentemente. Inicialmente criados para os militares do quadro os SSFA passaram depois a abranger os deficientes das Forças Armadas e, posteriormente, os deficientes civis das Forças Armadas.

Os SSFA estão a construir um complexo para a Terceira Idade, em Oeiras. Contudo, no que diz respeito aos deficientes, esse organismo não está preparado para a assistência de que estes possam vir a carecer.

Também o Lar dos Veteranos Militares de Runa, criado há século e meio, não foi concebido nem suficientemente

adaptado para receber deficientes.

A Direcção procurou por outro lado saber da eventual disponibilidade dos SSFA para o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa ser colocado na sua dependência, visto que a tutela desse lar está por definir, e a actual direcção propôs a sua passagem para a dependência dos SSFA.

(Nos termos do despacho de 22 de Agosto de 1964 que autoriza a criação do Lar Militar, lembramos, estabelece-se que este apenas seria gerido pela Cruz Vermelha Portuguesa enquanto durasse o esforço de guerra, devendo depois ser colocado na dependência do Ministério da Defesa ou do Ministério da Saúde.)

O general Pinheiro afirmou que a transferência do Lar Militar para os SSFA é possível desde que estes sejam dotados com as verbas necessárias para o efeito.

Como já tivemos ocasião de escrever no último número do ELO, a ADFA entende que essa solução seria a melhor, em lugar de integrar um estabelecimento com uma finalidade bem específica e uma vocação relacionada com a família militar no esquema geral de saúde do País.

ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRAFICOS NA SECÇÃO DE FOTOGRAFIA DA ADFA REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS E AMPLIAÇÕES MAIS BARATO E COM RAPIDEZ PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA TEL. 362167/8/9 LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

Afixar este símbolo é o primeiro passo da sua colaboração



Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo». O seu trabalho pode ser facilitado. O atendimento do público é sempre fatigante. Quantas discussões e aborrecimentos se devem a uma palavra que não foi ouvida, a uma frase que se percebeu mal? É necessário que todos aqueles que lidam diariamente com o público participem nesta campanha, para tornar mais simples a vida de quem é surdo total ou apenas ouve mal, para tornar mais simples a sua própria vida.

Evite a fadiga.

Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo». Ao ajudar está a ser ajudado.

Campanha de Colaboração com o Surdo

Secretariado Nacional de Reabilitação

SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel. (01) — 220 23 85
SÓCIO **ARMANDO ALVES**
R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS

2800 ALMADA

A Engenharia de Reabilitação em Portugal

A possibilidade de o grande deficiente ter uma vida independente e um efectivo acesso ao mercado de trabalho é uma ambição que as modernas tecnologias tornam cada vez mais possível de concretizar. Jaime Filipe, director da revista «Inventiva» da Associação Portuguesa de Criatividade, faz neste artigo um ponto à situação da Engenharia de Reabilitação no nosso país e avança propostas para o seu incremento. Transcrevemos este seu trabalho, dada a importância que as novas conquistas da tecnologia poderão ter para a integração socio-profissional do deficiente, desde que sejam inseridas numa política global de Reabilitação e não constituam meras experiências isoladas e susceptíveis de dar uma imagem pública enganadora sobre aquilo que são e a forma como vivem os deficientes na sociedade portuguesa. Respeitamos profundamente o trabalho dos cientistas e dos técnicos que se preocupam com a Reabilitação e julgamos que esse trabalho deve ser apoiado e incentivado. Mas é preciso ter noção de que se trata de um investimento para o futuro de que os actuais deficientes colherão poucos benefícios, e que não justifica de modo algum o esquecimento daqueles que já são deficientes e nasceram antes da Nova Vaga. Os deficientes devem estar a par de tudo quanto lhes diz respeito. E devem ainda exigir que as novas técnicas sejam acompanhadas de novas mentalidades: não é uma reabilitação para os deficientes que pretendemos mas uma reabilitação com os deficientes. Sim à técnica, com a participação dos seus destinatários e enquadrada numa política nacional global. Sem isso, a televisão passará — como por vezes já sucede — a mostrar imagens de deficientes excelentemente integrados mercê de técnicas do último grito, e os Poderes Públicos dormirão tranquilos, esquecendo que será bem menor o número de privilegiados da técnica que o de pedintes estendendo a mão à caridade no largo principal de qualquer cidade do País.

No panorama actual da vida portuguesa, as possibilidades de emprego para as pessoas deficientes são diminutas, devido a factores de vária ordem: a falta de legislação adequada; a inexistência de uma consciencialização colectiva dos aspectos sociais e económicos; falta de preparação cultural e profissional para uma acção concorrencial no mercado de trabalho; crise generalizada no sector laboral.

Estes factos tornam quase impossível à pessoa deficiente o desempenho de qualquer actividade profissional. Fala-se com frequência na existência de um milhão de deficientes. Não havendo dados estatísticos, este quantitativo carece, porém, de alguma reflexão. Sem se sair do campo das hipóteses, porquanto o referido quantitativo é hipotético, embora não muito longe da realidade, mas sendo-nos de estatísticas estrangeiras, teríamos por comparação, cerca de 3 por cento da população deficiente profunda em Portugal.

É mais sobre este valor que vamos reflectir, dado que do milhão estimado, muitos deficientes têm muitas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, estando mesmo muitos a desenvolver em pleno funções, em diversas empresas privadas e em organismos públicos.

Deficiente, pode ser um indivíduo sem um dedo mas também pode ser um tetraplégico. Há um grande número de instituições melhor ou pior instaladas, que se dedicam a minorar tão vasto problema.

Na sua maioria são organizações filantrópicas, em que intervêm pessoas de grande dedicação, as quais vêm dando o melhor do seu esforço, visando particularmente as crianças. Digamos que as crianças deficientes encontram quase sempre quem delas se ocupe, de forma mais ou menos organizada. O mesmo não se verifica com os adolescentes e principalmente com os adultos. Muitas vezes saem dessas instituições, indivíduos profissionalmente habilitados, mas sem qualquer hipótese de encontrar trabalho onde quer que seja.

Integração

As sociedades mais avançadas tecnologicamente, e onde se procura contabilizar os custos em aspectos onde comumente não se fazem contas, começaram a pensar nos pesados encargos que os deficientes profundos representam para as sociedades modernas.

Em outros países porém, um deficiente bi-amputado dos membros inferiores, não é mais do que um candidato a pedinte nas ruas centrais da cidade. Os deficientes profundos mobilizam pesados investimentos desde a sua reabilitação à integração no mundo do trabalho, mas há que os tornar produtivos na medida dos seu grau de incapacidade, ou antes, pelo inverso, do seu grau de aproveitamento para determinadas tarefas.

Um deficiente não produtivo necessita normalmente da assistência de mais uma a três pessoas, para dele cuidarem, pelo que sem grande risco, de exagero poderemos pensar que em Portugal pelo menos 600 mil pessoas estão impossibilitadas de dar o seu contributo à economia do País, sendo, antes pelo contrário, naturais consumidores — apenas consumidores.

Viver independente

É um grito que se ouve nas sociedades mais evoluídas quando se pensa libertar as pessoas deficientes, através da

moderna tecnologia. É uma nova mentalidade que está a surgir. Ela entende que é necessário dar ao deficiente a possibilidade de, por si só, resolver quase todos os seus problemas. Para tal há que investir na investigação, em busca de novas formas de o tirar do imobilismo, e criar novos conceitos arquitectónicos, além de inventar um sem número de meios capazes de o tornar autosuficiente. Assim nasce a

Engenharia de Reabilitação

Nos últimos dez anos surge um novo conceito de Engenharia. Em dezenas de Universidades surgem licenciaturas em Engenharia de Reabilitação. Por todos os lados começam a ser realidade projectos e protótipos que se vão tornando preciosos meios de ajuda técnica. Numerosas empresas fabricam novos produtos, outras foram mesmo constituídas expressamente para fabrico em série de aparelhagem por vezes complexa, como é o caso da electrónica.

Não só nos Estados Unidos, mas também em outros países, assiste-se a um espectacular progresso no campo das novas técnicas para pessoas deficientes, como por exemplo na Alemanha Federal, na França, na Suíça, na Dinamarca ou na Suécia.

As exposições de equipamentos

Realizam-se com frequência Salões Internacionais de Engenharia de Reabilitação.

Pode-se assim avaliar quão longe já se chegou em matéria tão importante e quanto se ignora em Portugal daquilo que se faz lá fora, e da mentalidade generalizada que há sobre estes assuntos nos países mais avançados.

O CIDEF

O CIDEF de Inovação para Deficientes, é uma modesta «maquete» do que deveria ser a investigação, e a divulgação das modernas tecnologias. Criado no âmbito da Associação Portuguesa de Criatividade, o CIDEF tem mantido escolas para pessoas deficientes, usando aparelhagem electrónica sofisticada, com particular incidência na Informática, de onde já saíram vários diplomados, em três anos de actividade escolar nesta área. Subsídios por parte da Junta de investigação Científica e Tecnológica, Ministério da Indústria LNETI, IAPMEI, CEDINTEC e Misericórdia de Lisboa, têm permitido ao CIDEF manter este elo que liga Portugal às tecnologias estrangeiras, bem como estimular a criatividade nacional e dar a conhecer ao público e às instituições especializada um pouco do que vai acontecendo no mundo da técnica para deficientes. Um centro de Informações Técnicas, completa as actividades do CIDEF.

O que falta fazer em Portugal

O que se faz em Portugal no âmbito tecnológico? Em electrónica, além da investigações e realizações do CIDEF, não temos conhecimento de qualquer aparelho realizado ou comercializado. Apenas professores e alunos da Faculdade de Engenharia do Porto procuraram levar por diante alguns projectos, mas que eu saiba, sem êxito até ao presente, por falta do necessário apoio financeiro. Duas pequenas fábricas de cadeiras de rodas, cópias de cadeiras inglesas, mas mais pesadas e menos resistentes que as originais, algumas organizações que se dedicam à construção e reparação

de próteses de membros superiores e inferiores e outra aparelhagem ortopédica, como por exemplo, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas ou Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, além de Alcoitão, naturalmente, onde podemos acrescentar os fabricantes de triciclos motorizados, por vezes um tanto bizarros, mas com alguma originalidade, porquanto em outros países não é normal recorrer-se a motores de combustão mas sim a motores eléctricos, na locomoção de pessoas deficientes, e pouco mais! Por onde começar então, para mudar este panorama quase deserto, a pouca distância de uma Europa florescente, onde até a própria Espanha anunciou a criação em Madrid de um Centro de Investigação Científica, no âmbito da Engenharia de Reabilitação?

Motivação e formação a nível do Ensino Superior

Alguns aspectos relevantes a ter em conta.

Apoio à inventiva nacional, estimulando a criação, nas Escolas Superiores de Engenharia de Lisboa, Porto e Coimbra, de cadeiras de Engenharia de Reabilitação, com a iniciação da investigação científica, tendente à criação de protótipos originais a desenvolver pela indústria nacional.

— Criação de Grupos de Trabalho, para o acompanhamento de projectos e realizações estrangeiras;

— Criação, nas Escolas Superiores de Arquitectura, de estudos de nova arquitectura humanizante, que não exclua as centenas de milhar de pessoas deficientes e idosos, da vida comunitária. Há que rementalizar os profissionais de arquitectura!

— Desenvolver, nas Escolas Superiores de Medicina, estudos de bioengenharia, tendo em vista novos conceitos tecnológicos a que o médico não pode ser indiferente. O engenheiro e o médico têm que trabalhar de mãos dadas na concretização de projectos nos quais está em jogo o corpo humano no seu total.

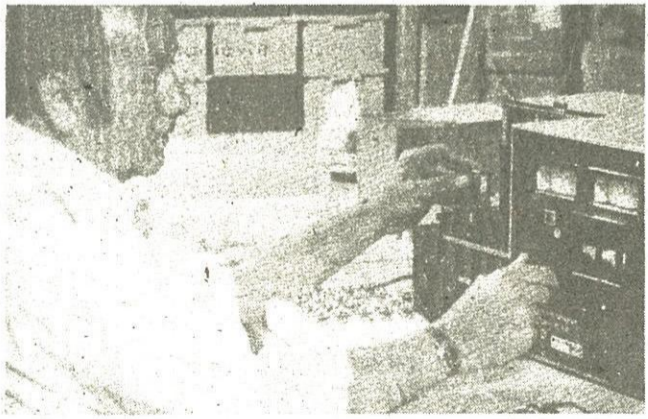
— Estimulando os inventores, através de prémios ou facilidades aliciantes, para desenvolverem a sua criatividade num sector de importância fulcral, não esquecendo o trabalho importante que a APC vem desenvolvendo, através do CIDEF, procurando estimular a sua forte motivação para a investigação científica e desenvolver o seu projecto «Engineering Rehabilitation Center».

No campo da indústria

Há numerosos aparelhos e equipamentos que podem ser fabricados no País, com a tecnologia de que se dispõe. Não creio que seja muito compensadora esta actividade em termos meramente comerciais, mas se pensarmos nas alternativas que se nos apresentam, teremos: ou compramos a tecnologia estrangeira, ou então produzimos os nossos próprios equipamentos para o mercado nacional e tentamos colocá-los noutros mercados, como o fazem outros pequenos países de maior competitividade. A Suíça, por exemplo, coloca cadeiras de rodas nos Estados Unidos da América.

A Suécia e a Dinamarca, exportam para todo o mundo aparelhos electrónicos ou mobiliários adaptados à dona de casa deficiente. A Inglaterra possui uma poderosa organização, da qual destaco, por exemplo, a Possum, subsidiada pelo Governo e produtora de uma vasta gama de aparelhagem electrónica e mecânica. Sugere-se a

11 anos de informação dos deficientes para todos



→
Criação de uma comissão de estudo da viabilização da Engenharia de Reabilitação em Portugal

Entre as tarefas deste Grupo de Trabalho, a criar, figuraria a elaboração de um certame internacional de Engenharia de Reabilitação, a realizar na Feira das Indústrias, como acção motivadora e despoletadora de iniciativas a concretizar no espaço nacional.

- Eventual criação de cooperativas de produção, com larga participação de operários e técnicos deficientes;
- Estudo, fabrico e adaptação de aparelhagem electrónica usando «voz sintética», expressando-se em português, tendo em vista os mercados de língua portuguesa, incluindo o Brasil;
- Intercâmbio de conhecimentos em projectos comuns, com a participação de investigadores estrangeiros,

trabalhando em períodos determinados e em colaboração com investigadores e industriais portugueses.

Estas são algumas ideias que lançamos

Se formos capazes de fazer um bocadinho do muito que há para fazer, significa que se começou a despertar para uma nova mentalidade que nos deve orientar para uma verdadeira integração na Europa do Mercado Comum.

Aqueles que nasceram com deficiências, ou as adquiriram ao longo da sua existência, têm o direito de ocupar na sociedade o seu lugar de cidadãos de pleno direito, com acesso à cultura e ao trabalho.

Um deficiente, ou é um peso morto para a economia, ou reabilitado e integrado passará a ser um elemento útil, contribuindo para o bem estar geral. Se formos capazes, poderemos começar a reduzir o atraso em que nos

encontramos, produzindo algo de promissor, tendo em vista uma sociedade mais responsável e consciente. Esse primeiro passo que se aguarda há muito com impaciência, tem que ser dado.

Portugal deve alinhar com as nações

modernas e intelectualmente evoluídas, e não com as mais atrasadas do 3.º Mundo.

Estamos na Europa, vamos também na área da Engenharia de Reabilitação — SER EUROPEUS.

JAIME FILIPE

«Visa Braille» para ensino a alunos visuais

A Associação Portuguesa de Criatividade (APC) recebeu recentemente um pedido para a concepção de um aparelho destinado ao ensino de Braille por um monitor cego a alunos visuais.

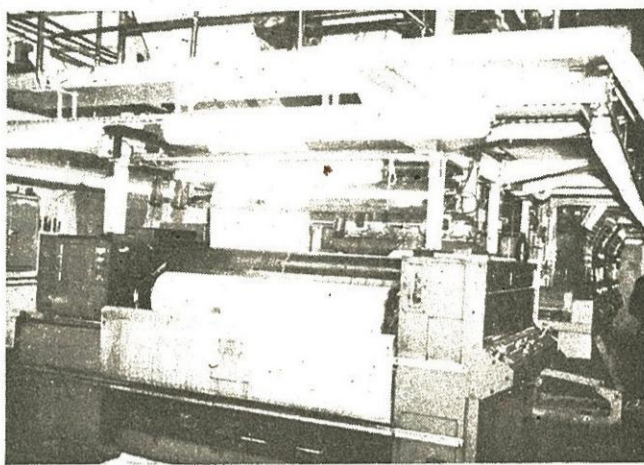
Um microprocessador deverá proporcionar ao monitor cego a audição

em voz sintética das instruções que vai transmitindo aos alunos através do sistema, enquanto os alunos visuais, por seu turno, observam as palavras em símbolos Braille num monitor de televisão.

Este projecto, denominado «Visa Braille» encontra-se já em fase

adiantada de concepção e realização, segundo se lê no último número do Boletim da Associação Portuguesa de Criatividade, e está a ser executado por um grupo de estudantes de Engenharia que constitui o núcleo de investigadores da APC no âmbito da Engenharia de Reabilitação.

Onze anos de informação dos deficientes para todos



Completam-se com esta edição 11 anos de publicação deste nosso Jornal.

Surgido pouco após a criação da ADFA, o ELO tem, ao longo deste período, reflectido a vida da Associação, as iniciativas, anseios e preocupações dos sócios que constituem a sua razão de ser.

Nem sempre teremos feito o melhor. Tão pouco consideramos estar próximo da perfeição. Mas julgamos manter vivo o desejo de melhorar de número para número.

Para isso, estamos abertos a todas as críticas e à participação de todos os sócios. Uma pequena equipa acumula mensalmente informações, sugestões, estímulos e críticas, e com esse capital nas mãos passa um serão nas oficinas de montagem do Diário Popular. Nessa equipa há sempre lugar para caras e ideias novas.

No próximo sábado dia 23 vamos reunir-nos na Sede para conviver e debater problemas. O programa, já anteriormente divulgado, é o seguinte:

8.30 h. — Início de um torneio de futebol de salão.

9.00 h. — Torneio de bilhar e torneio de ténis de mesa na sede.

10.00 h. — Actividades infantis para os filhos dos sócios.

12.30 h. — Almoço-convívio no bar/refeitório da sede.

15.00 h. — Reunião para análise do problema da acumulação e vencimentos na Função Pública.

